

A INTERCULTURALIDADE LITERÁRIA INDÍGENA ATRELADA À EDUCAÇÃO INFANTIL

INDIGENOUS LITERARY INTERCULTURALITY IN THE CONTEXT OF EARLY CHILDHOOD EDUCATION

LA INTERCULTURALIDAD LITERARIA INDÍGENA VINCULADA A LA EDUCACIÓN INFANTIL

Manuela Christiane Alves Menezes Lourençoni¹, Jane Jesus de Figueiredo dos Santos², Maria Leda Pinto³

DOI: 10.54899/dcs.v23i93.6571

Recibido: 10/07/2026 | Aceptado: 04/08/2026 | Publicación en línea: 11/08/2026.

RESUMO

O presente artigo “A interculturalidade literária indígena atrelada à educação infantil” teve como objetivo realizar uma reflexão crítica sobre a produção literária infantil indígena brasileira visando contribuir para uma educação intercultural em que valorize a diversidade cultural e promova a representatividade autêntica dos povos originários no ambiente educacional infantil escolar. O artigo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza teórica, desenvolvida por meio de levantamento e análise de referenciais bibliográficos, tendo como fundamento as contribuições de autores nacionais que discutem a literatura infantil, a literatura indígena, a Educação Infantil, e a formação de leitores: Candau (2008), Cosson (2009); Graúna (2013); Silveira e Bonin (2012); Troquez, (2018); Thiél (2012). O estudo também se apoia em documentos legais e orientadores da educação brasileira, os quais oferecem sustentação teórica e normativa para a compreensão da temática. A articulação entre essas diferentes fontes possibilitou a construção de uma reflexão crítica acerca da importância da literatura indígena infantil como instrumento de valorização da diversidade étnico-cultural e de promoção de práticas pedagógicas comprometidas com uma educação inclusiva, intercultural e socialmente referenciada.

Palavra-chave: Interculturalidade. Literatura Indígena. Educação Infantil.

ABSTRACT

This article, titled "Indigenous literary interculturality linked to early childhood education", aims to conduct a critical reflection on Brazilian indigenous children's literature to contribute to an intercultural education that values cultural diversity and promotes the authentic representation of

¹Especialista em Organização do Trabalho Pedagógico do Professor Alfabetizador na Educação Infantil e Anos Iniciais, Instituto de Ensino Superior da Funlec (IESF), Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Brasil.

E-mail: manuela.christiane@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0009-0007-3184-896X>

²Especialização em Coordenação Pedagógica, Gestão Educacional e Práticas Pedagógicas, Fundação Lowtons de Educação e Cultura (FUNLEC), Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Brasil. E-mail: janefigueiredo527@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0009-0007-3214-3494>

³Doutora em Letras, Universidade de São Paulo (USP), Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Brasil.

E-mail: marialedapinto25@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2826-7730>

original peoples in the school environment of early childhood education. The study is characterized as theoretical research developed through a survey and analysis of bibliographic references, based on contributions from national authors who discuss children's literature, indigenous literature, early childhood education, and reader formation: Candau (2008), COSSON (2009), Graúna (2013), Silveira and Bonin (2012), Troquez (2018), and Thiél (2012). The research is also supported by legal and guiding documents for Brazilian education, which provide theoretical and normative foundations for understanding the theme. The articulation between these different sources enabled a critical reflection on the importance of indigenous children's literature as a tool for valuing ethnic-cultural diversity and promoting pedagogical practices committed to an inclusive, intercultural, and socially referenced education.

Keywords: Interculturality. Indigenous Literature. Early Childhood Education.

RESUMEN

El presente artículo, «La interculturalidad literaria indígena vinculada a la educación infantil», tenía como objetivo realizar una reflexión crítica sobre la producción literaria infantil indígena brasileña con el fin de contribuir a una educación intercultural que valore la diversidad cultural y promueva la representación auténtica de los pueblos originarios en el entorno educativo infantil escolar. El artículo se caracteriza por ser una investigación de carácter teórico, desarrollada mediante la recopilación y el análisis de referencias bibliográficas, y se basa en las aportaciones de autores nacionales que abordan la literatura infantil, la literatura indígena, la educación infantil y la formación de lectores: Candau (2008), Cosson (2009); Graúna (2013); Silveira y Bonin (2012); Troquez (2018); Thiél (2012). El estudio se apoya también en documentos legales y normativos de la educación brasileña, que ofrecen un sustento teórico y normativo para la comprensión de la temática. La articulación entre estas diferentes fuentes ha permitido desarrollar una reflexión crítica sobre la importancia de la literatura infantil indígena como instrumento para la valorización de la diversidad étnico-cultural y la promoción de prácticas pedagógicas comprometidas con una educación inclusiva, intercultural y con referencia social.

Palabra clave: Interculturalidad. Literatura Indígena. Educación Infantil.



Esta obra está bajo una [Licencia Creative Commons Atribución- NoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

INTRODUÇÃO

Desde a promulgação da Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008, o ensino da história e da cultura dos povos indígenas passou a integrar, de forma obrigatória, os currículos das instituições de ensino fundamental e médio em todo o território nacional. Esse marco normativo representou um avanço significativo no campo das políticas educacionais, ao ampliar o escopo da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional),

anteriormente alterada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, reafirmando o compromisso do Estado brasileiro com a valorização da diversidade étnico-cultural que constitui a nação.

Mais do que assegurar a inserção de conteúdos relacionados aos povos indígenas nos currículos escolares, a Lei nº 11.645/2008 consolidou o reconhecimento da participação histórica, social, cultural e política desses povos na constituição da sociedade brasileira. Sua implementação passou a demandar a reorganização das práticas pedagógicas, bem como a revisão dos referenciais curriculares, especialmente nos componentes de História, Literatura Brasileira, Arte e demais áreas do conhecimento, com vistas à promoção de uma educação intercultural, crítica, inclusiva e comprometida com a superação de perspectivas etnocêntricas historicamente reproduzidas no ambiente escolar.

Embora a Lei nº 11.645/2008 tenha estabelecido a obrigatoriedade do ensino da história e da cultura indígena nos currículos do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, seus princípios foram posteriormente ampliados pelas Diretrizes Curriculares Nacionais (Brasil, 2009) e pela Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2017), que reconhecem a Educação Infantil como etapa privilegiada para a construção de atitudes de respeito à diversidade cultural, ao reconhecimento dos povos indígenas e ao combate aos estereótipos e preconceitos.

A instituição de Educação Infantil é um espaço coletivo de convivências, onde acontecem interações e troca de experiências, ressalta-se que há uma gama de diversidades, parceiros e experiências significativas em que as crianças desenvolvem o ensino e as aprendizagens independente de sua origem social, credo, étnico-racial. Portanto, o saber profissional, é aprendido na prática, pela experiência, em contato com a realidade do trabalho e com os demais atores sociais, no interior de um grande processo que é a socialização profissional. Neste sentido, o ambiente escolar, onde muitas vezes a literatura é apresentada de maneira superficial e descontextualizada, a introdução da história indígena através da literatura indígena e nativa oferece uma oportunidade de promover um ensino mais crítico e reflexivo.

Por meio da leitura de literatura infantil com temática indígena, é possível conhecer o cotidiano indígena, seja na floresta ou na cidade, por meio de conceitos e cosmovisões desses povos que estão intrínsecos ao texto. Ao mesmo tempo, os leitores terão acesso às lutas dessas pessoas pelo respeito, pela demarcação de terras e contra a invasão das terras causada por pessoas que querem explorar economicamente o território.

O papel da educação infantil é significativo para o desenvolvimento humano, a formação da personalidade, a construção da inteligência e a aprendizagem. Os espaços coletivos

educacionais, nos primeiros anos de vida, são espaços privilegiados para promover a eliminação de qualquer forma de preconceito, racismo e discriminação, fazendo com que as crianças, desde muito pequenas compreendam e se envolvam conscientemente em ações que conheçam, reconheçam e valorizem a importância dos diferentes grupos étnicos raciais para a história e cultura brasileiras.

A INTERCULTURALIDADE LITERÁRIA INDÍGENA ATRELADA À EDUCAÇÃO INFANTIL

A criança, é o centro do planejamento curricular, é sujeito histórico e de direitos que se desenvolve nas interações, relações e práticas cotidianas a ela disponibilizadas e por ela estabelecidas com adultos e crianças de diferentes idades nos grupos e contextos culturais nos quais se insere. Visando à educação organizada em âmbitos e eixos, o RCNEI (Referenciais Curriculares da Educação Infantil) busca instrumentalizar a ação do professor, destacando os âmbitos de experiências essenciais, que devem servir de referência para a prática educativa. E mais, sabendo das particularidades de cada faixa etária (entre 0 e 6 anos), bem como das formas peculiares que a criança aprende, o Referencial criou categorias curriculares para organizar os conteúdos a serem trabalhados nas instituições de educação infantil. Além disso, tais conteúdos norteiam os diversos conhecimentos e linguagens, buscando a construção da identidade da criança e sua socialização. Os Referenciais Curriculares da Educação Infantil (RCNEI) de 1998 recomendam que:

O desenvolvimento da identidade e da autonomia está intimamente relacionado com os processos de socialização. "Nas interações sociais se dá a ampliação dos laços afetivos que as crianças podem estabelecer com as outras crianças e com os adultos, contribuindo para que o reconhecimento do outro e a constatação das diferenças entre as pessoas sejam valorizadas e aproveitadas para o enriquecimento de si próprias." ("Nas interações sociais se dá a ampliação dos laços afetivos ...") (RCNEI, vol.02, 1998, p.11).

A valorização da diversidade das culturas das diferentes crianças e de suas famílias, por meio de brinquedos, imagens e narrativas que promovam a construção por elas de uma relação positiva com seus grupos de pertencimento, deve orientar as práticas criadas na Educação Infantil ampliando o olhar das crianças desde cedo para a contribuição de diferentes povos e culturas.

Com o avanço de debate sobre questões raciais no Brasil, foi sancionada a lei 10.639/2003, tornando obrigatória a inclusão da história e cultura afro-brasileira no currículo escolar, visando

combater o racismo ao valorizar a diversidade cultural no Brasil. Contudo, ainda não abarcava a obrigatoriedade do ensino da história e cultura indígena. Assim, depois de muita resistência, a lei foi alterada, passando a incluir no currículo oficial da rede de ensino, a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”, através da Lei 11.645/2008. A alteração foi muito importante ao reforçar a importância de uma educação que promova o respeito e a valorização das contribuições dos povos indígenas e afro-brasileiros.

Ao reconhecer as crianças como sujeitos históricos, sociais e de direitos, a BNCC (Base Nacional Comum Curricular), estabelece que as experiências vivenciadas na Educação Infantil devem favorecer a convivência com diferentes modos de vida, costumes, tradições, linguagens, crenças e formas de organização social presentes na sociedade brasileira. Tal orientação fortalece a necessidade de desenvolver propostas pedagógicas que contemplem a história, os saberes, as narrativas, as manifestações culturais e as produções artísticas dos povos indígenas, possibilitando que as crianças construam percepções positivas acerca da diversidade cultural desde os primeiros anos de escolarização.

Nessa direção, a BNCC organiza a Educação Infantil a partir dos seis Direitos de Aprendizagem e Desenvolvimento conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se. Compreende-se que esses direitos devem ser assegurados em ambientes educativos pautados pelo respeito às diferenças e pela valorização da pluralidade cultural. O direito de conviver, por exemplo, propõe que as crianças estabeleçam relações com pessoas de diferentes grupos sociais e culturais, ampliando suas experiências e aprendendo a reconhecer e respeitar distintas identidades. Da mesma forma, o direito de conhecer-se pressupõe a construção de uma identidade positiva, fundamentada no reconhecimento de si e do outro como sujeitos pertencentes a diferentes contextos históricos e culturais.

Os Campos de Experiências definidos pela BNCC também oferecem importantes possibilidades para a inserção da temática indígena no cotidiano da Educação Infantil. O campo "O eu, o outro e o nós" orienta o desenvolvimento de experiências que favoreçam o respeito às diferenças, a construção de atitudes de empatia, solidariedade e pertencimento, bem como o reconhecimento da diversidade étnica, cultural e social existente na sociedade brasileira. Nesse contexto, as crianças são incentivadas a compreender que existem diferentes formas de viver, de organizar a família, de produzir conhecimentos, de se relacionar com a natureza e de expressar valores culturais, superando visões estereotipadas e preconceituosas frequentemente atribuídas aos povos indígenas.

Da mesma maneira, os campos "Escuta, fala, pensamento e imaginação" e "Traços, sons, cores e formas" possibilitam a aproximação das crianças com narrativas orais, histórias, cantos, ilustrações, grafismos, brincadeiras, produções artísticas e literárias de autoria indígena. Essas experiências ampliam o repertório cultural infantil e contribuem para que as crianças reconheçam os povos indígenas como produtores de conhecimentos, arte, literatura, ciência, tecnologias e formas próprias de interpretar e interagir com o mundo, rompendo com concepções reducionistas que os restringem ao passado ou ao período da colonização.

Além disso, a BNCC orienta que as práticas pedagógicas sejam organizadas a partir das interações e das brincadeiras, compreendidas como eixos estruturantes da Educação Infantil. Sob essa perspectiva, a literatura indígena infantil, os jogos tradicionais, as músicas, os conhecimentos relacionados à natureza, às diferentes formas de habitar o território e às expressões culturais dos diversos povos originários constituem recursos pedagógicos capazes de favorecer aprendizagens significativas, respeitando as especificidades do desenvolvimento infantil e promovendo experiências educativas pautadas na interculturalidade.

Desse modo, ainda que a Lei nº 11.645/2008 não mencione expressamente a Educação Infantil, a BNCC confere sustentação pedagógica e curricular para que a temática indígena seja abordada desde a primeira infância. Ao orientar a formação de sujeitos críticos, sensíveis às diferenças e comprometidos com os princípios da cidadania, da equidade e dos direitos humanos, o documento reafirma que o reconhecimento da pluralidade étnico-cultural brasileira deve constituir elemento permanente das práticas educativas, contribuindo para o enfrentamento do racismo, da discriminação e dos estereótipos historicamente construídos em relação aos povos indígenas.

Um possível caminho para essa discussão na escola é a presença da Literatura Infantil com temáticas indígenas nas salas de aula. Os indígenas estão escrevendo os próprios livros apresentando as histórias e as culturas do próprio povo visando “[...] contribuir para a desconstrução/superação de estereótipos, preconceitos, discriminações e, sobretudo, desigualdades e injustiças sociais” (Troquez, 2018, p. 51). Assim, a literatura indígena infantil pode ser um caminho de possibilidades para se repensar práticas pedagógicas, revisão de concepções e formação de leitores. Diante dessa diversidade, não há como limitá-los ao passado, tornando-se necessário que as crianças tenham acesso a diversos materiais que possibilitem o conhecimento dessas histórias e culturas.

Ao explorar as cosmovisões presentes na literatura infantil indígena, o leitor não apenas

entra em contato com o dia a dia desses povos na floresta ou nos centros urbanos, mas também se sensibiliza diante de suas pautas históricas, como a defesa do território e o combate à exploração econômica. Nesse sentido, tais produções consolidam-se como instrumentos fundamentais para a revisão de identidades no cenário escolar. “[...] instrumentos de poder e de revisão de identidades individuais e coletivas” (Thiél, 2012, p. 31), o que ressalta a importância de sua presença nas instituições escolares.

À luz das contribuições de Silveira e Bonin (2012, p.332), reconhecem que, nos livros de literatura com temática indígena, há um “certo esforço em problematizar uma imagem genérica dos povos originários, de um lado, e em estabelecer outros cenários a partir dos quais as crianças possam vislumbrar o dinamismo das culturas indígenas, de outro”. Essas produções questionam estereótipos e preconceitos ao mesmo tempo que apresentam aos leitores a cultura de diversos povos indígenas, a depender do povo ao qual o texto está vinculado. (“Programa de Pós-Graduação em Educação Universidade do Estado do Pará ...”). Assim, ao ter contato com essa literatura, o leitor pode conhecer realidades e culturas diferentes da sua, ao mesmo tempo que se diverte ao sentir o que os personagens sentem e vivem.

Ao ler obras de literatura com temáticas indígenas, a criança poderá repensar as ideias preexistentes que possui sobre os povos indígenas à medida que conhece um pouco sobre a história e a cultura desses. Nessas produções pode-se encontrar uma diversidade de gêneros textuais, como contos, crônicas, mitos, lendas, relatos memorialísticos, poemas e autobiografias, que colocam em xeque as concepções dos leitores, convidando-os a conhecer aspectos das histórias e culturas de diferentes povos indígenas. Bonin discorre:

Na trama dessas narrativas os autores ensinam coisas do cotidiano indígena, conhecimentos, linguagens da natureza que podem ser observadas e que são apresentadas como parte da sabedoria dos mais velhos, afirmações que operam uma articulação entre os povos indígenas e a natureza. No entanto, eles ensinam também sobre as possibilidades de viver identidades indígenas, nas cidades que essas obras descrevem, nas relações comerciais vivenciadas pelas comunidades indígenas e recordadas nas narrativas, nas situações de conflito e violência que marcam o cotidiano de muitos desses povos, nas lutas atuais pela reconquista e garantia de seus territórios, nos direitos pleiteados, que evidenciam outros modos de exercer a cidadania (Bonin, 2008, p. 130).

Partindo dessa compreensão, ao ter acesso a essas obras, os leitores podem conhecer as culturas dos indígenas, pois as narrativas estão situadas no contexto desses povos.

Essa perspectiva é corroborada pela pesquisadora e professora universitária de origem indígena Graça Graúna, em seu mais recente livro: “Contrapontos da literatura indígena

contemporânea no Brasil” (GRAÚNA, 2013). A autora define a literatura indígena contemporânea como um lugar utópico (de sobrevivência), uma variante do épico tecido pela oralidade; um lugar de confluência de vozes silenciadas e exiladas (escritas), ao longo dos mais de 500 anos de colonização. Enraizada nas origens, a literatura indígena contemporânea vem se preservando no auto história de seus autores e autoras e na recepção de um público-leitor diferenciado, isto é, uma minoria que semeia outras leituras possíveis no universo de poemas e prosas autóctones. (“Literatura indígena - História e Cultura Afro-Brasileira - Passei Direto”).

Sob a ótica de Graça Graúna (2013), propõe a estudar um conjunto de obras de autores da literatura indígena contemporânea de língua portuguesa, com base nos estudos culturais, propondo uma ‘leitura das diferenças’. Assim, sua abordagem não apenas confronta a atual produção literária indígena no Brasil com a produção não indígena, mas também busca discutir a relação daquela com conceitos como os de identidade, auto história, deslocamento, alteridade e outros, numa perspectiva que se assenta na ‘transversalidade’. Para Graúna, a literatura indígena no Brasil continua sendo negada, da mesma forma que os próprios povos indígenas, apesar da luta em favor deles, desde a década de 1970, pela União das Nações Indígenas (UNI); da inclusão dos direitos dos índios na Constituição de 1988; do surgimento, nos anos 1990, do Conselho de Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Brasil (CAPOIB). Conforme Graúna, discorre que:

[...] o estudo da representação do negro e do índio na literatura requer uma abordagem específica [...] A expressão artística do ameríndio e do africano sugere uma leitura das diferenças, pois o ato de conhecer o outro implica o ato de interiorizar a história, a auto história, as nossas raízes (GRAÚNA, 2013, p. 47).

Na perspectiva de Graúna, faz uma revisão sucinta da influência e da representação do índio na literatura ocidental, em particular na brasileira, até chegar na Literatura indígena contemporânea, que exprimem, entre outras coisas, um sentido de resistência e de sobrevivência, o direito à palavra oral ou escrita, a denúncia do neocolonialismo e da opressão linguística e cultural. Graúna reconhece que, a propriedade intelectual indígena implica respeitar as várias faces de sua manifestação. Isso quer dizer que a noção de coletivo não está dissociada do livro individual de autoria indígena; nunca esteve, muito menos agora com a força do pensamento indígena configurando diferenciadas(os) estantes e instantes da palavra. Ao tomar o rumo da escrita no formato de livro, os mitos de origem não perdem a função nem o sentido, pois continuam sendo transmitidos de geração em geração, em variados

caminhos: no porantim, no traçado das esteiras e dos cestos, na feitura do barro, na pintura corporal, nas contas de um colar, na poesia, na contação de histórias e outros fazeres identitários que os Filhos e as Filhas da Terra utilizam como legítimas expressões artísticas, ligando-as também ao sagrado.

Após feito o panorama do surgimento da literatura voltada para o público e como as correntes científicas influenciaram na consolidação do pensamento racista, vivemos um novo período na produção estética literária, principalmente quando falamos sobre o protagonismo indígena. Neste sentido, a produção de literatura criada por autores indígenas cresceu significativamente a partir da década de 1990. O que desempenha um papel fundamental na desconstrução de estereótipos e valorização das culturas indígenas, que por séculos foram marginalizadas e silenciadas pelas narrativas coloniais e eurocêntricas.

Seja pelo meio oral ou escrito a arte literária faz parte do cotidiano dos diferentes povos, construindo imagens, lugares que são eternizados por gerações, alimentando a imaginação, a criatividade e as representatividades, ampliando saberes, ensinando despretensiosamente ou intencionalmente sobre os infinitos coletivos e particulares.

Segundo a concepção de Candau (2008), ao discorrer sobre a educação e interculturalidade, a autora contribui para a ratificação do olhar sobre as desigualdades, e defende que quer promover uma educação para o reconhecimento do “outro”, para o diálogo entre os diferentes grupos sociais e culturais. A autora sustenta que uma educação para a negociação cultural, que enfrenta os conflitos provocados pela assimetria de poder entre os diferentes grupos socioculturais nas nossas sociedades e é capaz de favorecer a construção de um projeto comum, pelo qual as diferenças sejam dialeticamente integradas:

A perspectiva intercultural está orientada à construção de uma sociedade democrática, plural, humana, que articule políticas de igualdade com políticas de identidade (CANDAU, 2008, p.51).

Assim, a escola, como ambiente de formação de cidadãos capazes de interagir em qualquer contexto com autonomia e visando o bem-estar social, deve favorecer as práticas interculturais e acesso a arte literária. E os livros de literatura indígenas são insubstituíveis para efetivação de uma educação intercultural, pois permitem que temas transversais, como a cultura indígena, sejam abordados de modo acessível, lúdico, belo em sala de aula e proporciona conhecimento sobre o entorno social na qual estão inseridos.

De acordo com Thiel:

A literatura de um povo é na verdade, composta pela literatura de muitos povos. Quando falamos sobre o contato das crianças e jovens com a literatura brasileira, estamos falando de muitas literaturas, culturas e vozes, criadas não só em língua portuguesa, mas também em idiomas nativos, tais como os textos da literatura indígena (2013, p.1776).

Neste sentido, oportunizar que as crianças experimentem e descubram as literaturas de diferentes culturas visa possibilitar o conhecimento do outro e promover a diversidade, tão própria do contexto brasileiro.

A REPRESENTATIVIDADE NA LITERATURA INFANTIL E A VALORIZAÇÃO DAS IDENTIDADES ÉTNICO-CULTURAIS NA INFÂNCIA

A representatividade na infância desempenha um papel fundamental na construção da identidade das crianças e na forma como elas percebem a si mesmas e o mundo ao seu redor. Quando as crianças têm acesso a materiais pedagógicos e literários que refletem a diversidade cultural, étnica e social, elas ampliam suas possibilidades de identificação e reconhecimento.

No caso da literatura infantil indígena, a representatividade permite que crianças indígenas se vejam retratadas de maneira positiva e respeitosa, fortalecendo sua autoestima e pertencimento cultural. Ao mesmo tempo, proporciona às demais crianças a oportunidade de conhecer outras culturas, desenvolvendo o respeito, a empatia e a valorização das diferenças.

A ausência de representatividade, por outro lado, pode contribuir para a reprodução de estereótipos e preconceitos, além de limitar a compreensão da diversidade que compõe a sociedade brasileira. Por isso, é fundamental que a escola se comprometa com a seleção de materiais que contemplem diferentes vozes e perspectivas.

Nesse contexto, o professor exerce um papel essencial como mediador, sendo responsável por escolher, problematizar e contextualizar as obras trabalhadas em sala. Ao incluir a literatura infantil indígena em suas práticas, o docente contribui para a formação de sujeitos mais críticos, conscientes e respeitosos com a diversidade cultural.

Quando as crianças ouvem histórias, elas aprimoram sua capacidade de imaginação e observam como os professores seguram o livro, passam as páginas e principalmente como é realizada a leitura. Conforme Cosson:

nossa leitura fora da escola está fortemente condicionada pela maneira como a escola nos ensinou a ler. “Os livros [...] jamais falam por si mesmos. O que os faz falar são os mecanismos de interpretação que usamos, e grande parte deles são aprendidos na escola. [...] No ambiente escolar, a literatura é um locus de conhecimento” (COSSON, 2009, p.

26).

Embora a escola não seja o único lugar de formação de leitores literários, se o aluno sai da escola não gostando de ler livros literários, com certeza, a adoção dessa prática em sua vida cotidiana será mais incerta.

Não basta apenas o aluno fazer uma simples leitura do texto literário, pois a competência leitora depende, em grande parte, do modo de ensinar e de aprender na escola. Cosson ressalta:

“por meio do compartilhamento de suas interpretações, os leitores ganham consciência de que são membros de uma coletividade e de que essa coletividade fortalece e amplia seus horizontes de leitura.” (2009, p. 66),

A leitura de textos literários desde a educação infantil contribui desde muito cedo para o gosto pela leitura, os horizontes propostos pela literatura são ilimitados e suas interpretações, dada a natureza polissêmica da palavra literária, infinitas. A escola deve proporcionar o contato dos alunos com diferentes textos literários, mas também e, principalmente, se preocupar com a forma como a leitura está sendo realizada, provocada e incentivada pelos professores e realizada pelas crianças. O espaço da literatura é, portanto, um lugar de desvelamento da obra que confirma ou refaz conclusões, aprimora percepções e enriquece o repertório discursivo da criança.

Na Educação Infantil, a leitura pode ocorrer por meio de práticas pedagógicas que valorizem a literatura infantil indígena, as narrativas orais, as expressões culturais e os modos de vida desses povos. É fundamental que essas abordagens respeitem a diversidade e evitem generalizações, reconhecendo que existem múltiplas culturas indígenas no Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A literatura indígena infantil é de grande importância para a construção de uma sociedade mais justa, plural e respeitosa com a diversidade cultural. Ela vai além do entretenimento ou da educação formal: é uma ferramenta de valorização das culturas originárias e de fortalecimento da identidade dos povos indígenas, especialmente entre as crianças. Por meio de histórias, mitos, cantos, lendas e vivências contadas a partir da perspectiva dos próprios indígenas, ou seja, eles têm a sua própria voz. Tal literatura transmite saberes ancestrais, modos de vida e visões de mundo que tradicionalmente foram silenciados ou distorcidos.

Ao incluir a literatura indígena nos espaços escolares e familiares, promove-se o respeito

às diferenças culturais, o combate a estereótipos e o desenvolvimento de uma educação mais plural e inclusiva. Ela permite que crianças indígenas se reconheçam nas narrativas e se sintam representadas, ao mesmo tempo em que oferece às crianças não indígenas a oportunidade de conhecer e valorizar outras visões de mundo.

Essas obras contribuem diretamente para o fortalecimento de sua autoestima e da sua identidade cultural, permitindo que se vejam representadas de forma positiva e verdadeira. Para as crianças não indígenas, oferece uma oportunidade valiosa de conhecer outras formas de ser, viver e pensar, ampliando seu repertório cultural e promovendo valores como o respeito e a empatia. Portanto, a presença da literatura indígena infantil nos espaços escolares é um passo fundamental para uma educação decolonial, que reconhece a diversidade como riqueza e os povos indígenas como sujeitos ativos de conhecimento.

REFERÊNCIAS

AYLWIN, J. **Os direitos dos povos indígenas em Mato Grosso do Sul, Brasil: Confinamento e tutela no século XXI.** Grupo Internacional de Trabalho sobre Assuntos Indígenas (IWGIA) e Faculdade de Medicina da USP (FMUSP). V. 3, p. 1-84, 2009. Disponível em: http://servindi.org/pdf/Iwgia_Informe3.pdf.

BONIN, Iara Tatiana. "**Narrativas sobre diferença indígena: como se produz um “lugar de” (“Miolo Rbep 222 - estadoconhecimento.inep.gov.br”) índio” no contexto escolar.** Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, v. 89, n. 222, p. 312-324, jul. 2008.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB nº 5, de 17 de dezembro de 2009.** Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília, DF: MEC/CNE, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica.** Brasília: 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília, DF: MEC, 2018.

CANDAU, Vera Maria. "**Direitos Humanos, Educação e Interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença.**" In: Revista Brasileira de Educação, Campinas, v.13, n.17, 2008

COSSON, Rildo. *Letramento literário: teoria e prática.* 2. ed. São Paulo: Contexto, 2014.

GRAÚNA, Graça. **Contrapontos da literatura indígena contemporânea no Brasil.** Belo Horizonte: Mazza, 2013.

MONTEIRO. Maria Elizabeth Brêa. **Levantamentos históricos sobre os índios Guarani**

Kaiwá. Rio de Janeiro, RJ: Museu do índio/FUNAI, 2003.

SILVEIRA, Rosa Maria Hessel; BONIN, Iara Tatiana. **A temática indígena em livros selecionados pelo PNBE: análises e reflexões.** Educação, Porto Alegre, v. 35, n. 3, p. 329-339, 2012.

THIÉL, Janice Cristine. **Pele silenciosa, pele sonora: a literatura indígena em destaque.** Belo Horizonte: Autêntica, 2012 (Coleção Práticas Docentes). THIÉL, Janice Cristine. **A literatura dos povos indígenas e a formação do leitor multicultural.** Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 38, n. 4, p. 1175-1189, out./dez. 2013

TROQUEZ, Marta Coelho Castro (Org.). **Educação das relações étnico-raciais: caminhos para a descolonização do currículo escolar.** Curitiba: Appris, 2018.